

FACULDADE UNYLEYA
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATU SENSU EM CONTABILIDADE PÚBLICA

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ: COMPARATIVO ENTRE O 2º QUADRIMESTRE
DE 2019 E 2020.**

FRANCISCO WILSON BATISTA JÚNIOR

BRASÍLIA/DF

2020

FRANCISCO WILSON BATISTA JÚNIOR

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ: COMPARATIVO ENTRE O 2º QUADRIMESTRE
DE 2019 E 2020.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Unyleya, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Contabilidade Pública, sob a orientação do Prof. Róbison Gonçalves de Castro.

Brasília/DF

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Senhor dos Exércitos, que me deu saúde, fé e perseverança para chegar até este momento, em que realizo mais um sonho, que é meu e de toda a minha família.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a vencer pelo estudo e que este seria o melhor caminho para alcançar tudo aquilo que desejo.

À minha esposa e filhos, que sempre estiveram ao meu lado acreditando no meu sucesso pessoal e profissional e torcendo por mim.

Ao meu orientador, Professor Róbison Gonçalves de Castro, que com muita dedicação, objetividade e assertividade soube direcionar-me da melhor forma possível na execução deste trabalho acadêmico.

Ao Superior Tribunal de Justiça, por promover o incentivo à qualificação de seus servidores, fazendo-os crescer como pessoas e profissionais.

RESUMO

Em 2020, o planeta enfrenta uma das maiores pandemias da história. Esta situação causou impactos em todos os setores, e a Administração Pública é um deles. O Superior Tribunal de Justiça – STJ, como órgão do Poder Judiciário Federal, tomou decisões a fim de mitigar os impactos causados pela Covid-19. Neste trabalho, buscamos evidenciar, especificamente, os impactos orçamentários sofridos por esta corte. O trabalho basear-se-á no segundo quadrimestre do ano de 2020 em comparação com o mesmo período do ano anterior. O período escolhido foi determinado desta forma, pois foi um período em que a doença teve seus primeiros casos detectados no Brasil, e que os diversos chefes dos três poderes tomaram medidas contra a proliferação da doença, como suspensão de trabalho presencial, restrição de locomoção, dentre outros. Com base nos dados disponibilizados pelo STJ, em seu portal da transparência, será verificado em consulta bibliográfica as áreas que sofreram impactos quantitativos, assim como será possível mensurá-los e analisá-los. Os resultados serão demonstrados de forma a subsidiar seus gestores em tomadas de decisão futuras, a fim de incentivar práticas que renderam economia orçamentária e rever determinações que não se comprovaram eficientes. Será feito um mapeamento das despesas orçamentárias do período estudado.

Palavras-Chave: STJ, Despesa Orçamentária, Impacto Orçamentário, Covid-19.

ABSTRACT

In 2020, the planet faces one of the largest pandemics in history. This situation caused impacts in all sectors, and Public Administration is one of them. The Superior Tribunal de Justiça - STJ, as an organ of the Federal Judiciary, took decisions in order to mitigate the impacts caused by Covid-19. In this work, we seek to highlight, specifically, the budgetary impacts suffered by this court. The work will be based on the second quarter of 2020 compared to the same period last year. The period chosen was determined in this way, as it was a period in which the disease had its first cases detected in Brazil, and that the different heads of the three branches took measures against the proliferation of the disease, such as suspension of face-to-face work, restriction of mobility, among others. Based on the data made available by the STJ, on its transparency portal, it will be checked in bibliographic consultation the areas that have suffered quantitative impacts, as well as it will be possible to measure and analyze them. The results will be demonstrated in order to subsidize their managers in future decision making, in order to encourage practices that have yielded budget savings and to review determinations that have not proven to be efficient. A mapping of the budgetary expenses of the studied period will be made.

Keywords: STJ, Budgetary Expense, Budgetary Impact, Covid-19.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – 16

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Maio	17
TABELA 2 – Análise das Despesas de custeio/Maio.....	17
TABELA 3 – Análise das Despesas com Investimentos/Maio	19
TABELA 4 - Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Junho.....	19
TABELA 5 - Análise das Despesas de custeio/Junho	20
TABELA 6 - Análise das Despesas com Investimentos/Junho	22
TABELA 7– Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Julho	23
TABELA 8– Análise das Despesas de custeio/Julho.....	23
TABELA 9– Análise das Despesas com Investimentos/Julho	25
TABELA 10– Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Agosto	26
TABELA 11– Análise das Despesas de custeio/Agosto	26
TABELA 12– Análise das Despesas com Investimentos/Agosto	28
TABELA 13– Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Consolidado.....	28
TABELA 14– Análise das Despesas de custeio/Consolidado.....	29
TABELA 15– Análise das Despesas com Investimentos/Consolidado.....	31
TABELA 16– Análise dos repasses do Tesouro nacional ou estadual ou sub-repasses recebidos/Consolidado...	32
TABELA 17– Análise das Receitas/Consolidado.....	32

LISTA DE SIGLAS

AH	- Análise Horizontal
AV	- Análise Vertical
STJ	- Superior tribunal de Justiça
DRE	- Demonstração de Resultados do Exercício
DOAR	- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
DFC	- Demonstração de Fluxo de Caixa
RGF	- Relatório de Gestão Fiscal
RREO	- Relatório Resumido da Execução Orçamentária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DEFINIÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	12
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	14
2.1.1 <i>Tipologia da pesquisa quanto aos objetivos</i>	14
2.1.2 <i>Tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos</i>	15
2.1.3 <i>Tipologia da pesquisa quanto à abordagem do problema</i>	15
2.2 OBJETO DA PESQUISA	16
2.2.1 <i>Descrição do Objeto de Pesquisa</i>	16
2.2.2 <i>Resumo das análises a serem realizadas</i>	16
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS – MAIO E JUNHO	17
3.1 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE MAIO 2019 E MAIO DE 2020	17
3.2 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE JUNHO 2019 E JUNHO DE 2020	19
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS – JULHO E AGOSTO	23
4.1 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE JULHO DE 2019 E JULHO DE 2020	23
4.2 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE AGOSTO DE 2019 E AGOSTO DE 2020	25
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS CONSOLIDADOS	28
5.1 ANÁLISE DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	28
5.2 ANÁLISE DAS DESPESAS DE CUSTEIO	29
5.3 ANÁLISE DAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS	31
5.4 ANÁLISE DOS REPASSES DO TESOUREO NACIONAL OU ESTADUAL OU SUB-REPASSOS RECEBIDOS	32
6 CONCLUSÃO	33
7 REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a Lei n. 11.638/2007, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2008, alterando aspectos que dizem respeito à Contabilidade no Brasil, como o reconhecimento de Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido, assim como, a obrigatoriedade de publicação das Demonstrações Contábeis. A finalidade dessa lei foi integrar a contabilidade praticada no Brasil ao regramento internacional, buscando a unificação dos entendimentos.

Afinal, ao deparar-se com um determinado demonstrativo contábil de um país diferente do seu, o indivíduo deve possuir condições mínimas de entendimento comum. Não faria sentido, ao deparar-se com um demonstrativo e/ou relatório contábil, que um auditor estrangeiro tivesse que inteirar-se totalmente dos regramentos brasileiros, que divergiam dos internacionais, para que pudesse ter condições de emitir um relatório de auditoria, por exemplo.

Para Iudícibus (2000, p.28 *apud* CORRÊA, 2010, p. 4):

O objetivo principal da contabilidade (e dos relatórios por ela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. Isto exige um conhecimento do modelo decisório do usuário e, de forma mais simples, é preciso perguntar ao mesmo qual a informação que julga relevante ou as metas que deseja maximizar, a fim de delinear o conjunto de informações pertinentes.

Cada demonstrativo contábil produzido pelas entidades atende a uma finalidade diferente, com informações distintas para os usuários. É sabido que a relação entre Estado e cidadão é mais complexa do que a relação entre as organizações privadas e seus clientes/consumidores. Nesta, as responsabilidades encerram-se quando é consumada a prestação de um serviço na sua totalidade, na primeira, há uma responsabilidade mais duradoura. O cidadão é mais que um cliente para o Estado, é também o seu acionista, porque contribui para a sua manutenção, e, assim, assume direitos de intervir e influenciar nas decisões para o estabelecimento das políticas públicas e de cobrar transparência dos gestores públicos nas suas ações (Rech Filho, 2004).

Dessa forma, é imperioso que a Administração Pública, por meio da transparência de seus gastos, disponibilize aos cidadãos meios para que estes avaliem a eficácia e eficiência dos gastos públicos, pois como citado, os cidadãos são os verdadeiros financiadores do Estado, e nessa condição, têm o direito de ter conhecimento de como o recurso dos seus impostos estão sendo empregados.

De acordo com Santos (2007), até o início da década de 60, os usuários da contabilidade, em sua grande maioria, mostravam-se satisfeitos com as informações obtidas através das

demonstrações contábeis mais usuais, destacando: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas, que complementam as referidas demonstrações. Normalmente, dentre os principais usuários dessas informações, eram destacados: sócios, acionistas, proprietários e outros assemelhados, debenturistas, fornecedores e financiadores de forma geral, empregados, sindicatos, prestadores de serviço, agentes públicos, dentre outros.

Porém, a exigibilidade por parte da população aumentou em relação a essas demonstrações, tendo em vista que muitas delas só são publicadas anualmente. Surgiu, então, a necessidade de outros demonstrativos que pudessem suprir essa necessidade em períodos menores, a fim de tornar mais eficiente o controle social exercido pela população. Dessa forma, vários órgãos e instituições públicas, dentre elas o STJ, publicam relatórios mensais informando suas despesas, especificando valores e setores em que os gastos foram realizados. Observa-se, assim, que a contabilidade tem o dever de informar aos usuários, além das informações econômico-financeiras, a forma que as entidades interagem com a sociedade em que estão inseridas.

A transparência, por sua vez, coloca à disposição da sociedade vários mecanismos de cunho democrático, dentre os quais merecem relevo: a participação em audiências públicas e a ampla divulgação das informações gerenciais, através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), suas versões simplificadas, e outros documentos não fiscais. Hoje, é possível ao cidadão verificar, por exemplo, as Notas de Empenho de determinado órgão, contratos, dispensas de licitação, dentre outras. Todas ferramentas que vieram contribuir para ampliação do controle social.

1.1 DEFINIÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA

O problema de pesquisa pode ser definido, *lato sensu*, como qualquer questão que dá margem à hesitação ou perplexidade, por ser difícil de explicar ou de resolver, como por exemplo: problemas técnicos, sociais, entre outros (FERREIRA, 2004 apud VIEIRA, 2010 p. 21). De acordo com Figueiredo e Souza (2011, p. 136), “a formulação do problema consiste em apresentar a dificuldade teórica ou prática com a qual se defronta, cuja solução poderá ser encontrada com a realização de uma pesquisa”.

Para Oliveira (2008, p. 131):

Na pesquisa, o problema sempre se apresenta na forma de uma interrogação. O trabalho será desenvolvido para responder essa pergunta, que, por determinar o

objetivo específico, é a própria razão de ser do trabalho científico. Portanto, antes da elaboração do trabalho, é preciso ter ideia clara do problema a ser resolvido.

Como se pode observar, o problema será um norteador do trabalho científico. Através da busca da resposta para esse questionamento que o trabalho se desenvolverá. Ainda, considerando o interesse de aprendizado sobre o tema proposto, o impacto orçamentário no STJ durante a pandemia, assim como a curiosidade de analisar quais rubricas de despesas sofreram maior impacto, esta pesquisa questiona: **Quais foram os impactos orçamentários sofridos no segundo quadrimestre de 2020, período do início das restrições por conta da pandemia, em relação ao mesmo período de 2019 no Superior Tribunal de Justiça - STJ?**

1.2 OBJETIVOS

Para Figueiredo e Souza (2011), os objetivos devem responder às perguntas: para quê? Aonde se quer chegar? Ninguém pode caminhar sem uma direção definida, sem saber para onde vai e para onde pretende chegar. A descrição do objetivo representa o ponto de chegada, são os fins teóricos ou práticas que se pretende atingir com a realização do estudo. Geralmente, são elaborados usando-se verbos no infinitivo e devem identificar uma ação possível de ser desenvolvida. Os objetivos são classificados em geral e específicos.

Segundo Oliveira (2008), o objetivo geral procura abordar de uma forma mais ampla a pesquisa a ser realizada. Intrínsecos ao objetivo geral encontram-se os objetivos específicos, que irão definir os pontos centrais do trabalho. Isso quer dizer que, dentro da ideia geral do trabalho, deve-se ressaltar a ideia específica a ser desenvolvida. É essa delimitação que vai permitir o avanço da pesquisa na sua devida profundidade, pois a generalização são fatores que acabam impedindo a execução de trabalhos produtivos.

Em resumo, o objetivo irá indicar o direcionamento do estudo a ser realizado, conferindo uma visão global ao trabalho. Em consonância com este, os objetivos específicos serão elaborados de forma a detalhar a forma que será direcionada a pesquisa a fim de responder os questionamentos do trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como foram gastos os recursos públicos no Superior Tribunal de Justiça – STJ no período do segundo quadrimestre de 2020, período em que as primeiras medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 foram tomadas pela egrégia corte, em comparação com o mesmo período de 2019.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo descrito, a seguir estão elencados os objetivos específicos desta pesquisa:

- Estudar os aspectos que norteiam as definições de Transparência das Contas Públicas;
- Identificar as rubricas de gastos do Superior Tribunal de Justiça;
- Coletar as informações sobre os gastos realizados no período objeto deste trabalho, segundo quadrimestre de 2019 e 2020, e realizar a análise destes;
- Analisar a evolução de como foram aplicados os recursos financeiros no período pretendido, principalmente em relação às despesas de custeio;
- Descrever as áreas que sofreram o maior e o menor impacto em relação ao montante aplicado no período objeto deste trabalho.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com Figueiredo e Souza (2011, p. 134), a justificativa é a exposição dos motivos ou razões para a realização do estudo. Deve ser ressaltado pelo pesquisador o porquê, da ideia do trabalho que será objeto de investigação, sua relevância teórica e prática e sua afinidade com o tema. Corroborando com o conceito apresentado, primeiramente fez-se um estudo de trabalhos que colaboraram com a iniciativa desta pesquisa.

O assunto a ser abordado neste trabalho é muito recente e a relação entres os gastos públicos e a pandemia de covid-19 não possui, de forma ampla, publicações científicas para pesquisa. Dessa forma, este estudo viabilizará um novo prisma a ser observado, analisando quais rubricas de despesas sofreram os impactos mais significativos e quais as relações desses valores com a pandemia.

Atravessamos um momento de realocação dos recursos públicos e os gestores têm se desdobrado para gerir seu recurso, minimizando impactos negativos e, se possível, mantendo ou melhorando sua produção, independentemente de sua área de atuação. A análise destes dados proporcionará a visão realista, especificamente na aplicação dos recursos do Superior Tribunal de Justiça, verificando se houve incremento e qual o seu quantitativo em rubricas e quais as possíveis causas desses impactos.

Com o resultado deste estudo, os gestores poderão redimensionar, adaptar, realocar e tomar qualquer tipo de tomada de decisão amparados em dados realísticos. Práticas poderão ser reforçadas e mantidas na volta à normalidade e outras poderão ser revistas, visando a melhoria dos processos, rumo à eficiência gerencial.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Gonçalves (2011, p. 18), “em sentido bem amplo, a metodologia é a descrição detalhada sobre como será feita a pesquisa”. Todos os processos que deverão ser realizados, com os seus devidos procedimentos, para que se chegue aos objetivos da pesquisa, serão descritos na metodologia. Ao especificar a metodologia que será utilizada, são respondidos pontos que respondem “a um só tempo, às questões *como?*, *com quê?*, *onde?*, *quanto?*”. (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 220). Portanto, as indagações citadas acima deverão ter o seu “caminho trilhado” na metodologia. Esta será a oportunidade que o autor terá para indicar quais processos serão utilizados e o porquê da utilização deste ou daquele procedimento.

À escolha desse caminho, dá-se o nome de delineamento, que nada mais é do que o rumo que a pesquisa tomará. Para o delineamento de uma pesquisa direcionada para a contabilidade existem várias tipologias aplicáveis. De forma simples, essas tipologias estão ligadas diretamente aos métodos que o autor da pesquisa utilizará para desenvolver o seu trabalho, para isso, o autor deverá especificar o delineamento de sua pesquisa. (RAUPP E BAUREN, 2004)

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Raupp e Bauren (2004, p. 76) explicam que:

No rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo. Não há um tipo de delineamento particular para o estudo de questões relacionadas à Contabilidade. No entanto, encontram-se tipos de pesquisas que mais se ajustam à investigação de problemas dessa área do conhecimento.

Esses delineamentos conduzem e focam o trabalho em uma direção específica, não o deixando desviar-se do caminho pretendido pelo autor. Essas delimitações se dão de diversas formas, desde a delimitação da população, amostra, métodos tipológicos, dentre outros. Somente após a definição desses métodos é que o pesquisador poderá iniciar o desenvolvimento de seu trabalho.

2.1.1 Tipologia da pesquisa quanto aos objetivos

Dentre os tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa, a forma como o assunto será tratado neste trabalho volta-se para o segundo método. Segundo Andrade (2002 *apud* Raupp e Bauren, 2004, p. 81), a pesquisa descritiva “preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os

fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”. Desta forma, este método corroborará com os propósitos desta pesquisa, dando suporte às pretensões de análise dos gastos dos recursos públicos no Superior Tribunal de Justiça no segundo quadrimestre de 2019, comparado com o mesmo período de 2020, época em que medidas restritivas de combate ao Corona Vírus foram adotadas pelo Tribunal da Cidadania.

2.1.2 Tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos

Segundo Silva E Grigolo (2002 *apud* Raupp e Bauren, 2004, p. 89):

A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

São utilizadas, como base para o trabalho, os demonstrativos de despesas, repasses e receitas disponibilizados pelo Superior Tribunal de Justiça em seu sítio institucional. Os dados são disponibilizados mensalmente pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF e distribuem seus gastos em grupos de despesa, são eles: Despesa com Pessoal e Encargos, Outras Despesas de Custeio, Despesas com Investimentos, Despesas com Inversões Financeiras, Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses Recebidos e Receitas.

A partir destes dados, serão elaborados processos de classificação, interpretação e análise, características de uma pesquisa documental.

2.1.3 Tipologia da pesquisa quanto à abordagem do problema

Richardson (1999 *apud* Raupp e Bauren, 2004, p.92) expõe:

A principal diferença entre uma abordagem qualitativa e quantitativa reside no fato de a abordagem qualitativa não empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema. Na abordagem qualitativa, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Destaca ainda, que abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social.

Não é objetivo deste trabalho, provar estatisticamente, com base em cálculos, alguma explicação do direcionamento de recurso. Busca-se sim, interpretar o destino desses recursos e a forma de sua distribuição, sendo utilizada a estatística descritiva, cujos cálculos serão elaborados em planilhas do Excel, para posterior análise qualitativa.

2.2 OBJETO DA PESQUISA

As rubricas alvo deste trabalho estarão de acordo com a classificação feita no Portal da Transparência do STJ. O que motivou a escolha foi a curiosidade em verificar se houve ou não melhoramento da eficiência dos gastos pelo Tribunal durante o período estudado. E o fator que limitou o tempo em quatro meses, deu-se por conta da edição da Resolução STJ/GP n. 4, de 16 de março de 2020, que foi o primeiro normativo interno a regular procedimentos a serem adotados institucionalmente para o enfrentamento da pandemia. Foi estipulado como escopo do segundo quadrimestre, de maio a agosto de 2020, pois os dados para verificação já estão disponíveis para consulta. O mesmo período do ano anterior foi determinado como base para a comparação.

2.2.1 Descrição do Objeto de Pesquisa

As rubricas a serem observadas neste trabalho estão elencadas no Quadro 1:

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos
Inciso II - Outras Despesas de Custeio
Inciso III - Despesas com Investimentos
Inciso IV - Despesas com Inversões Financeiras
Inciso V - Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos
Inciso VI - Receitas

Quadro 1 – Despesas, repasses e receitas

FONTE: STJ (2020)

Cada grupo de despesa possui alíneas, com subgrupos de despesa, que serão observadas individualmente por seus quantitativos de gastos dentro de cada competência (mês), separadamente, assim também como será procedida a análise levando em consideração o montante total do trimestre.

2.2.2 Resumo das análises a serem realizadas

Os subsídios para a interpretação dos gastos serão as Análises Vertical (AV) e Horizontal (AH). As demonstrações, retiradas do sítio o STJ, fornecerão informações contábeis para a produção das AV e AH e, a partir dessas, serão observadas as diversas destinações dos recursos por cada rubrica em estudo.

Após a confecção das AV e AH, será buscada a convergência dos dados, com o objetivo de buscar a existência de um possível direcionamento ou economia de recursos, para posterior verificação de suas causas. Para a detecção desse possível direcionamento/ economia, serão analisados os valores relativos da destinação da riqueza gerada pelas entidades no período estudado.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS – MAIO E JUNHO

Neste item da pesquisa, são apresentados os achados e devidas interpretações relativas à análise realizada. Primeiramente, são realizadas análises separadamente, por competência (mês). Em seguida, é realizada uma análise em conjunto para todo o período compreendido, segundo quadrimestre, destacando os pontos mais sensíveis.

3.1 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE MAIO 2019 E MAIO DE 2020

De acordo com o relatório de Despesas, repasses e Receitas emitido para a competência, é realizada a Análise Vertical (AV) e a Análise Horizontal (AH) da entidade. A partir desses dados, são elaboradas tabelas que evidenciam o destino a proporção dos gastos no período.

TABELA 1 – Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Maio

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos		mai/19	mai/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	despesas com pessoal ativo	R\$ 50.719.835,32	R\$ 49.972.257,72	-1%
b	despesas com pessoal inativo e pensões	R\$ 31.102.583,91	R\$ 31.762.762,32	2%
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	R\$ 8.836.103,15	R\$ 10.719.238,85	21%
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica pelo Critério de Competência.	R\$ 7.981.522,50	R\$ 869.493,06	-89%
TOTAL		R\$ 98.640.044,88	R\$ 93.323.751,95	-5%

FONTE: Dados da Pesquisa

Em que pese a redução das despesas com pessoal e encargos em 5%, não é possível afirmar que tal situação tenha ocorrido pelo impacto da pandemia, uma vez que tais gastos são determinados tendo em vista o quantitativo de servidores, particularidades em seus pagamentos, assim como despesas envolvendo sentenças judiciais.

TABELA 2 – Análise das Despesas de custeio/Maio

Inciso II - Outras Despesas de Custeio		mai/19	mai/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte	R\$ 10.802,06	-R\$ 10.458,60	-197%
b	benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação	R\$ 2.665.689,76	R\$ 2.626.118,57	-1%
c	benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche	R\$ 444.102,98	R\$ 465.475,77	5%
d	benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica	R\$ 351.603,82	R\$ 125.934,32	-64%
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	R\$ 274.168,45	-R\$ 1.773,05	-101%

f	passagens e despesas com locomoção	R\$ -	R\$ 19.968,85	-
g	indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	R\$ 128.128,20	R\$ 139.508,27	9%
h	aluguel de imóveis	R\$ 24.609,36	R\$ 25.321,99	3%
i	serviços de água e esgoto	R\$ 130.207,76	R\$ 37.045,46	-72%
j	serviços de energia elétrica	R\$ 3.308,59	R\$ 907.215,43	27320%
k	serviços de telecomunicações	R\$ 7.314,29	R\$ 8.705,08	19%
l	serviços de comunicação em geral	R\$ 121.135,33	R\$ 10.877,90	-91%
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	R\$ 2.733.979,98	R\$ 2.022.858,34	-26%
n	serviços de limpeza e conservação	R\$ 677.137,69	R\$ 762.601,93	13%
o	serviços de vigilância armada e desarmada	R\$ 3.064.572,97	R\$ 3.300.622,85	8%
p	serviços de publicidade	R\$ -	-	-
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvados o apropriado nas alíneas "n" e "o"	R\$ 6.546.092,88	R\$ 6.806.905,08	4%
r	serviço de seleção e treinamento	R\$ 288.305,77	R\$ 9.432,56	-97%
s	aquisição de material de expediente	R\$ 11.264,15	R\$ 3.563,95	-68%
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	R\$ 11.597,32	R\$ 71.557,00	-
u	aquisição de material bibliográfico	R\$ 46.509,37	R\$ 14.288,33	-69%
v	aquisição de combustível e lubrificantes	R\$ 86.121,88	R\$ 12.327,75	-86%
w	aquisição de gêneros alimentícios	R\$ 110.275,69	R\$ 1.016,04	-99%
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	R\$ 230.369,05	R\$ 254.889,83	11%
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	R\$ 3.866.283,30	R\$ 8.318.759,94	115%
z	demais despesas de custeio	R\$ 8.147.084,39	R\$ 5.287.387,71	-35%
TOTAL		R\$ 29.980.665,04	R\$ 31.220.151,30	4%

FONTE: Dados da Pesquisa

Em relação às despesas de custeio, já é possível verificar impactos em várias rubricas, dentre elas, redução de 197% na concessão de auxílio-transporte, redução de 101% no

pagamento de diárias, que gerou uma economia de R\$ 272.395,40 em relação ao mesmo período de 2019, redução de 72% para despesa com água e esgoto, R\$ 93.162,30 a menos que o mesmo período, serviço de comunicação geral com 91% de economia, dentre outros.

No período observou-se um aumento desproporcional em relação à energia elétrica, quando no ano de 2019 foi gasto R\$ 3.308,39, e em 2020, R\$ 907.215,43. Os dois valores estão totalmente fora da média normalmente paga. Não foi possível verificar no relatório se os valores foram obtidos por meio de compensações ou realocações de gastos de outras competências.

TABELA 3 – Análise das Despesas com Investimentos/Maio

Inciso III - Despesas com Investimentos		mai/19	mai/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	construção e reforma de imóveis	-	R\$ -	-
b	aquisição de material permanente - veículos	-	R\$ -	-
c	aquisição de material permanente - equipamentos de informática	-	R\$ 43.141,90	-
d	aquisição de material permanente - demais itens	R\$ 8.498,94	R\$ 43.245,78	409%
e	serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj - software pronto	-	R\$ 6.350,00	-
f	demais despesas com investimentos	R\$ 87.555,89	R\$ 659.195,87	653%
TOTAL		R\$ 96.054,83	R\$ 751.933,55	683%

FONTE: Dados da Pesquisa

Nas despesas com investimentos, é possível verificar que houve um aumento considerável, com valores superiores a seiscentos mil reais. Tal situação justifica-se por conta da aquisição de matérias permanentes e de demais despesas com investimentos, a fim de adequar a estrutura no Tribunal no retorno de seus servidores.

As despesas com Inversões financeiras não tiveram dados a analisar. E os “Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos”, assim como as Receitas não tiveram aumentos significativos.

3.2 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE JUNHO 2019 E JUNHO DE 2020

TABELA 4 – Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Junho

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos		jun/19	jun/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	despesas com pessoal ativo	R\$ 52.819.024,81	R\$ 51.876.270,78	-2%
b	despesas com pessoal inativo e pensões	R\$ 31.331.854,83	R\$ 31.569.892,99	1%
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	R\$ 8.680.369,63	R\$ 10.734.191,59	24%

d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica pelo Critério de Competência.	R\$ 24.084.497,36	R\$ 713.183,88	-97%
TOTAL		R\$ 116.915.746,63	R\$ 94.893.539,24	-19%

FONTE: Dados da Pesquisa

As despesas com pessoal e encargos para a competência de junho de 2020, teve uma redução em seus gastos em 19%. É possível observar que a rubrica determinante para o impacto foram as despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado, com impacto de mais de vinte e três milhões de reais a menos que no mesmo período anterior. Não é possível verificar se o fato deu-se pela diminuição dos processos devido à pandemia ou se a uma possível queda na produção por parte dos servidores da área.

TABELA 5 – Análise das Despesas de custeio/Junho

Inciso II - Outras Despesas de Custeio		jun/19	jun/20	Impacto Orçamentário
Álnea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte	R\$ 10.160,58	-R\$ 13.011,70	-228%
b	benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação	R\$ 2.645.082,10	R\$ 2.631.363,86	-1%
c	benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche	R\$ 453.860,86	R\$ 488.524,87	8%
d	benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica	R\$ 174.646,86	R\$ 337.398,38	93%
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	R\$ 140.613,51	R\$ 5.259,30	-96%
f	passagens e despesas com locomoção	R\$ 153.638,04	R\$ 8.862,93	-94%
g	indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	R\$ 109.439,83	R\$ 175.366,67	60%
h	aluguel de imóveis	R\$ 23.880,57	R\$ 24.170,65	1%
i	serviços de água e esgoto	R\$ 168.021,02	R\$ 47.034,47	-72%
j	serviços de energia elétrica	R\$ 664.587,47	R\$ 1.988,18	-33527%
k	serviços de telecomunicações	R\$ 292,81	R\$ 10.655,91	3539%
l	serviços de comunicação em geral	R\$ 80.559,08	R\$ 16.904,55	-79%
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de	R\$ 1.897.457,54	R\$ 1.753.370,85	-8%

	equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados			
n	serviços de limpeza e conservação	R\$ 723.558,78	R\$ 704.498,68	-3%
o	serviços de vigilância armada e desarmada	R\$ 3.076.134,68	R\$ 3.364.411,39	9%
p	serviços de publicidade	R\$ -	R\$ -	-
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvados o apropriado nas alíneas "n" e "o"	R\$ 6.336.916,63	R\$ 7.157.986,94	13%
r	serviço de seleção e treinamento	R\$ 620.500,58	R\$ 499.487,69	-20%
s	aquisição de material de expediente	R\$ 11.522,90	R\$ 6.563,39	-43%
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	R\$ 47.838,21	R\$ 15.639,30	-67%
u	aquisição de material bibliográfico	R\$ 27.191,54	R\$ 31.527,20	16%
v	aquisição de combustível e lubrificantes	R\$ 93.459,42	R\$ 18.033,93	-81%
w	aquisição de gêneros alimentícios	R\$ 78.075,33	R\$ 15.377,18	-80%
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	R\$ 230.482,71	R\$ 145.284,28	-37%
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	R\$ 1.056.894,40	R\$ 4.032.435,95	282%
z	demais despesas de custeio	R\$ 4.666.074,09	R\$ 2.753.952,50	-41%
TOTAL		R\$ 23.490.889,54	R\$ 24.233.087,35	3%

FONTE: Dados da Pesquisa

Nas despesas de custeio do período já é possível observar grandes impactos orçamentários, redução de 228% no pagamento de auxílio transporte, de 96% no pagamento de diárias, 94% com despesas de passagem e locomoção, devido à suspensão do transporte de servidores, redução das despesas com energia elétrica em mais de seiscentos e cinquenta mil reais, redução das despesas com água e esgoto na monta de mais de cento e vinte mil reais, assim como redução de 81% e 80%, em combustíveis e lubrificantes e gêneros alimentícios, respectivamente.

Observando a tabela, é possível verificar que houve um aumento considerável nas despesas com serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais, com impacto que chegou à monta de quase três milhões de reais gastos a mais em relação ao ano anterior. Tal gasto foi determinante para o aumento dos gastos com despesas de custeio.

TABELA 6 – Análise das Despesas com Investimentos/Junho

Inciso III - Despesas com Investimentos		jun/19	jun/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	construção e reforma de imóveis	R\$ -	R\$ -	-
b	aquisição de material permanente - veículos	R\$ -	R\$ -	-
c	aquisição de material permanente - equipamentos de informática	R\$ -	R\$ 70.500,00	-
d	aquisição de material permanente - demais itens	R\$ 77.372,49	R\$ 79.116,04	2%
e	serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj - software pronto	R\$ -	R\$ -	-
f	demais despesas com investimentos	R\$ -	R\$ 401.590,96	-
TOTAL		R\$ 77.372,49	R\$ 551.207,00	612%

FONTE: Dados da Pesquisa

De igual forma ao período anterior, houve um aumento considerável nas despesas com investimentos, totalizando um incremento próximo a meio milhão de reais. Os valores foram gastos com equipamentos de informática e demais materiais permanentes.

Assim como no período anterior, as despesas com Inversões financeiras não tiveram dados a analisar, e os “Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos”, assim como as Receitas, não tiveram aumentos significativos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS – JULHO E AGOSTO

4.1 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE JULHO DE 2019 E JULHO DE 2020

Prosseguindo com a Análise Vertical (AV) e a Análise Horizontal (AH) da entidade. A partir desses dados, são elaboradas tabelas que evidenciam o destino a proporção dos gastos no período.

TABELA 7 – Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Julho

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos		jul/19	jul/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	despesas com pessoal ativo	R\$ 50.713.080,50	R\$ 50.449.209,94	-1%
b	despesas com pessoal inativo e pensões	R\$ 31.709.838,33	R\$ 31.632.375,66	0%
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	R\$ 8.672.209,98	R\$ 10.741.217,04	24%
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica pelo Critério de Competência.	R\$ 1.270.519,72	R\$ 4.494.619,85	254%
TOTAL		R\$ 92.365.648,53	R\$ 97.317.422,49	5%

FONTE: Dados da Pesquisa

Nesta rubrica, é possível verificar um aumento de 5% nas despesas. A alínea que foi determinante para o aumento foi o das despesas com sentenças judiciais, com impacto de mais de três milhões em valores pagos, o que denota um possível aumento de produtividade no período por parte dos servidores da atividade fim.

TABELA 8 – Análise das Despesas de custeio/Julho

Inciso II - Outras Despesas de Custeio		jul/19	jul/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte	R\$ 10.985,15	R\$ 847,65	-92%
b	benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação	R\$ 2.651.487,09	R\$ 2.644.609,72	0%
c	benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche	R\$ 447.505,48	R\$ 479.512,36	7%
d	benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica	R\$ 338.416,06	R\$ 520.658,86	54%
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	R\$ 79.872,16	-R\$ 1.846,77	-102%
f	passagens e despesas com locomoção	R\$ 150.621,78	R\$ 13.400,43	-91%
g	indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	R\$ 160.171,61	R\$ 105.534,07	-34%

h	aluguel de imóveis	R\$ 26.755,81	R\$ 23.332,14	-13%
i	serviços de água e esgoto	R\$ 141.059,80	R\$ 57.987,17	-59%
j	serviços de energia elétrica	R\$ 1.284.825,88	R\$ 426.546,76	-401%
k	serviços de telecomunicações	R\$ 9.947,26	R\$ 15.159,15	52%
l	serviços de comunicação em geral	R\$ 81.762,49	R\$ 15.928,08	-81%
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	R\$ 2.608.661,12	R\$ 2.655.397,09	2%
n	serviços de limpeza e conservação	R\$ 688.296,45	R\$ 710.927,97	3%
o	serviços de vigilância armada e desarmada	R\$ 3.076.229,82	R\$ 3.484.480,95	13%
p	serviços de publicidade	R\$ -	R\$ -	-
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvados o apropriado nas alíneas "n" e "o"	R\$ 7.550.204,90	R\$ 5.513.445,50	-27%
r	serviço de seleção e treinamento	R\$ 461.186,05	R\$ 201.576,15	-56%
s	aquisição de material de expediente	R\$ 7.747,60	R\$ 263,30	-97%
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	R\$ 21.670,00	R\$ 168,00	-99%
u	aquisição de material bibliográfico	R\$ 12.171,41	R\$ 12.011,81	-1%
v	aquisição de combustível e lubrificantes	R\$ 83.315,18	R\$ 16.434,43	-80%
w	aquisição de gêneros alimentícios	R\$ 22.089,99	R\$ 10.946,59	-50%
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	R\$ 275.254,94	R\$ 124.054,98	-55%
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	R\$ 4.046.389,46	R\$ 985.223,85	-76%
z	demais despesas de custeio	R\$ 1.937.177,65	R\$ 1.674.828,65	-14%
TOTAL		R\$ 26.173.805,14	R\$ 19.691.428,89	-25%

FONTE: Dados da Pesquisa

Em relação às despesas de custeio, repete-se a redução nas alíneas observadas nos períodos anteriores, como auxílio-transporte, diárias, passagens e despesas com locomoção. Nas despesas com água e esgoto, assim como energia elétrica, a redução gerou uma economia de quase um milhão de reais, somente para estas duas despesas. Tal impacto positivo

significativo deu-se por conta da diminuição de servidores trabalhando de forma presencial nas instalações do Tribunal.

O impacto total das despesas de custeio foi uma economia de 25% em relação ao mesmo período do ano anterior, gerando uma economia aos cofres públicos na monta de R\$ 6.482.376,25.

TABELA 9 – Análise das Despesas com Investimentos/Julho

Inciso III - Despesas com Investimentos		jul/19	jul/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	construção e reforma de imóveis	R\$ -	R\$ -	-
b	aquisição de material permanente - veículos	R\$ -	R\$ -	-
c	aquisição de material permanente - equipamentos de informática	R\$ -	R\$ 1.287.294,86	-
d	aquisição de material permanente - demais itens	R\$ 44.363,37	R\$ 46.744,42	5%
e	serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj - software pronto	R\$ 146.625,60	R\$ 674.265,27	360%
f	demais despesas com investimentos	R\$ 295.840,28	R\$ 502.726,81	70%
TOTAL		R\$ 486.829,25	R\$ 2.511.031,36	416%

FONTE: Dados da Pesquisa

Nas despesas com investimentos, assim como nos períodos anteriores, é possível verificar que houve um aumento considerável, com incrementos superiores a dois milhões de reais. Demonstrando o redirecionamento de recursos de forma a realizar melhorias com aquisições de material, de informática principalmente, tendo em vista o tele trabalho, assim como outros materiais permanente, visando a adequação das instalações de forma a proporcionar uma melhor condição de trabalho aos servidores, mitigando os riscos de contaminação.

As despesas com Inversões financeiras não tiveram dados a analisar. E os “Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos”, assim como as Receitas não tiveram aumentos significativos.

4.2 ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DE AGOSTO DE 2019 E AGOSTO DE 2020

TABELA 10 – Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Agosto

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos		ago/19	ago/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	

a	despesas com pessoal ativo	R\$ 50.486.396,42	R\$ 50.102.560,50	-1%
b	despesas com pessoal inativo e pensões	R\$ 31.340.644,10	R\$ 31.570.260,40	1%
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	R\$ 8.729.419,93	R\$ 10.713.330,65	23%
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica pelo Critério de Competência.	R\$ 5.929.511,90	R\$ 6.087.398,91	3%
TOTAL		R\$ 96.485.972,35	R\$ 98.473.550,46	2%

FONTE: Dados da Pesquisa

As despesas com pessoal e encargos para a competência de agosto de 2020 tiveram um aumento em seus gastos em 2%. O aumento das despesas com sentenças judiciais foi muito pouco percentualmente, 3 %, demonstrando que a produtividade dos servidores desta atividade-fim manteve-se nos mesmos níveis de quando executada de forma presencial.

TABELA 11 – Análise das Despesas de custeio/Agosto

Inciso II - Outras Despesas de Custeio		ago/19	ago/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte	R\$ 8.249,40	R\$ 785,72	-90%
b	benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação	R\$ 2.646.132,91	R\$ 2.630.875,82	-1%
c	benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche	R\$ 446.790,36	R\$ 471.923,12	6%
d	benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica	R\$ 207.097,51	R\$ 271.868,20	31%
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	R\$ 373.705,29	R\$ -	-100%
f	passagens e despesas com locomoção	R\$ 256.804,70	R\$ 11.785,35	-95%
g	indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	R\$ 205.477,28	R\$ 227.081,81	11%
h	aluguel de imóveis	R\$ 27.950,61	R\$ 24.014,72	-14%
i	serviços de água e esgoto	R\$ 129.436,28	R\$ 73.339,16	-43%
j	serviços de energia elétrica	R\$ 580.342,06	R\$ 423.944,69	-37%
k	serviços de telecomunicações	R\$ 6.088,28	R\$ 5.084,53	-16%
l	serviços de comunicação em geral	R\$ 53.329,53	R\$ 28.772,08	-46%
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob	R\$ 7.559.578,72	R\$ 8.075.254,73	7%

	encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados			
n	serviços de limpeza e conservação	R\$ 676.534,94	R\$ 694.704,77	3%
o	serviços de vigilância armada e desarmada	R\$ 2.810.077,11	R\$ 3.506.764,78	25%
p	serviços de publicidade	R\$ -	R\$ -	-
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvados o apropriado nas alíneas "n" e "o"	R\$ 6.242.781,02	R\$ 6.163.566,61	-1%
r	serviço de seleção e treinamento	R\$ 223.984,83	R\$ 387.814,65	73%
s	aquisição de material de expediente	R\$ 1.424,30	R\$ 2.392,00	68%
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	R\$ 21.298,30	R\$ 1.507,00	-93%
u	aquisição de material bibliográfico	R\$ 11.628,38	R\$ 10.701,56	-8%
v	aquisição de combustível e lubrificantes	R\$ 46.204,49	R\$ 15.467,45	-67%
w	aquisição de gêneros alimentícios	R\$ 79.527,58	R\$ 4.330,89	-95%
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	R\$ 377.404,73	R\$ 150.781,55	-60%
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	R\$ 8.502.331,72	R\$ 955.369,06	-89%
z	demais despesas de custeio	R\$ 2.268.402,88	R\$ 1.301.901,08	-43%
TOTAL		R\$ 33.762.583,21	R\$ 25.440.031,33	-25%

FONTE: Dados da Pesquisa

Nas despesas de custeio do período, assim como no mês de julho, é possível observar impactos orçamentários significativos, como a redução de 90% no pagamento de auxílio transporte, de 100% no pagamento de diárias, 95% com despesas de passagem e locomoção. A redução das despesas com energia elétrica foi de 37% e na redução das despesas com água e esgoto, de 43%, assim como redução de 95% em gêneros alimentícios, e de 89% em serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais.

O percentual total de economia realizada no mês de agosto para as despesas de custeios somou R\$ 8.322.551,88.

TABELA 12 – Análise das Despesas com Investimentos/Agosto

Inciso III - Despesas com Investimentos		ago/19	ago/20	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	construção e reforma de imóveis	R\$ -	R\$ -	-
b	aquisição de material permanente - veículos	R\$ -	R\$ -	-
c	aquisição de material permanente - equipamentos de informática	R\$ 374.139,40	R\$ 5.068.800,00	1255%
d	aquisição de material permanente - demais itens	R\$ 37.804,60	R\$ 31.632,88	-16%
e	serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj - software pronto	R\$ 33.868,00	R\$ 67.488,40	99%
f	demais despesas com investimentos	R\$ 742.458,29	R\$ 458.884,50	-38%
TOTAL		R\$ 1.188.270,29	R\$ 5.626.805,78	374%

FONTE: Dados da Pesquisa

De igual forma ao período anterior, houve um aumento considerável nas despesas com investimentos, totalizando um incremento de cinco milhões e meio de reais. Os valores foram gastos com equipamentos de informática, com mais de cinco milhões no período.

Assim como no período anterior, as despesas com Inversões financeiras não tiveram dados a analisar. Os “Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos” tiveram um aumento de 162%, com relevância para os destinados à investimentos, que tiveram aumento de 134%. E as Receitas tiveram aumento de 13%, com destaque para receitas oriundas de taxas judiciárias.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS CONSOLIDADOS

5.1 ANÁLISE DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

TABELA 13 – Análise das Despesas com Pessoal e Encargos/Consolidado

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos		Consolidado	Consolidado	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	despesas com pessoal ativo	R\$ 204.738.337,05	R\$ 202.400.298,94	-1%
b	despesas com pessoal inativo e pensões	R\$ 125.484.921,17	R\$ 126.535.291,37	1%
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	R\$ 34.918.102,69	R\$ 42.907.978,13	23%
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica pelo Critério de Competência.	R\$ 39.266.051,48	R\$ 12.164.695,70	-69%

TOTAL	R\$ 404.407.412,39	R\$ 384.008.264,14	-5%
--------------	-------------------------------------	-------------------------------------	------------

FONTE: Dados da Pesquisa

Para as despesas com pessoal e encargos, verificamos variações pequenas com o pessoal ativo e com os inativos e pensionistas. Já nos encargos incidentes sobre a remuneração de pessoal, o impacto foi um aumento de 23%, perfazendo um montante de R\$ 7.989.875,44 gastos a mais em relação ao mesmo período do ano anterior.

O percentual que sofreu maior impacto foram as despesas judiciais transitadas, com gasto percentual 69% superior ao ano anterior. Em valores absolutos, o gasto foi menor em R\$ 27.101.355,78.

O total do gasto na rubrica, em relação ao ano anterior, foi uma redução de 5%, apurando o valor de R\$ 20.399.148,25 de gasto a menos. É um valor considerável na redução da despesa para um período de quatro meses.

5.2 ANÁLISE DAS DESPESAS DE CUSTEIO

TABELA 14 – Análise das Despesas de custeio/Consolidado

Inciso II - Outras Despesas de Custeio		Consolidado	Consolidado	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	benefícios a servidores e empregados - auxílio-transporte	R\$ 40.197,19	-R\$ 21.836,93	-154%
b	benefícios a servidores e empregados - auxílio-alimentação	R\$ 10.608.391,86	R\$ 10.532.967,97	-1%
c	benefícios a servidores e empregados - auxílio-creche	R\$ 1.792.259,68	R\$ 1.905.436,12	6%
d	benefícios a servidores e empregados - assistência médica e odontológica	R\$ 1.071.764,25	R\$ 1.255.859,76	17%
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	R\$ 868.359,41	R\$ 1.639,48	-100%
f	passagens e despesas com locomoção	R\$ 561.064,52	R\$ 54.017,56	-90%
g	indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	R\$ 603.216,92	R\$ 647.490,82	7%
h	aluguel de imóveis	R\$ 103.196,35	R\$ 96.839,50	-6%
i	serviços de água e esgoto	R\$ 568.724,86	R\$ 215.406,26	-62%
j	serviços de energia elétrica	R\$ 2.533.064,00	R\$ 1.759.695,06	-44%
k	serviços de telecomunicações	R\$ 23.642,64	R\$ 39.604,67	68%
l	serviços de comunicação em geral	R\$ 336.786,43	R\$ 72.482,61	-78%

m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	R\$ 14.799.677,36	R\$ 14.506.881,01	-2%
n	serviços de limpeza e conservação	R\$ 2.765.527,86	R\$ 2.872.733,35	4%
o	serviços de vigilância armada e desarmada	R\$ 12.027.014,58	R\$ 13.656.279,97	14%
p	serviços de publicidade	R\$ -	R\$ -	-
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvados o apropriado nas alíneas "n" e "o"	R\$ 26.675.995,43	R\$ 25.641.904,13	-4%
r	serviço de seleção e treinamento	R\$ 1.593.977,23	R\$ 1.098.311,05	-31%
s	aquisição de material de expediente	R\$ 31.958,95	R\$ 12.782,64	-60%
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	R\$ 102.403,83	R\$ 88.871,30	-13%
u	aquisição de material bibliográfico	R\$ 97.500,70	R\$ 68.528,90	-30%
v	aquisição de combustível e lubrificantes	R\$ 309.100,97	R\$ 62.263,56	-80%
w	aquisição de gêneros alimentícios	R\$ 289.968,59	R\$ 31.670,70	-89%
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	R\$ 1.113.511,43	R\$ 675.010,64	-39%
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	R\$ 17.471.898,88	R\$ 14.291.788,80	-18%
z	demais despesas de custeio	R\$ 17.018.739,01	R\$ 11.018.069,94	-35%
TOTAL		R\$ 113.407.942,93	R\$ 100.584.698,87	-11%

FONTE: Dados da Pesquisa

Em relação às despesas de custeio, notam-se rubricas que se destacaram em redução, como, por exemplo, redução de quase 100% nos valores pagos em diárias, com uma redução de R\$ 866.719,93. Tal situação ocorreu por conta da limitação de viagens a serviço no período.

Redução com passagens e despesas com locomoção, que chegaram a R\$ 507.046,96 de economia. Redução de energia e água e esgoto na monta de R\$ 1.126.687,54.

Neste período gastou-se pouco, também, com serviço de seleção e treinamento, com um impacto de quase meio milhão de reais de economia. Redução, da mesma forma com aquisição de combustível e lubrificantes e aquisição de gêneros alimentícios, com impacto superior a quinhentos mil reais.

A redução total com despesas de custeio no período do segundo quadrimestre no STJ foi de 11%, que perfaz uma monta de R\$ 12.823.244,06. Deve ser salientado que neste período os

trabalhos em todas as áreas da instituição não cessaram, tendo inclusive, ocorrido um aumento na produtividade segundo a corte. Foram quase treze milhões de reais gastos a menos em relação ao mesmo período do ano anterior.

5.3 ANÁLISE DAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS

TABELA 15 – Análise das Despesas com Investimentos/Consolidado

Inciso III - Despesas com Investimentos		Consolidado	Consolidado	Impacto Orçamentário
Álnea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	construção e reforma de imóveis	R\$ -	R\$ -	-
b	aquisição de material permanente - veículos	R\$ -	R\$ -	-
c	aquisição de material permanente - equipamentos de informática	R\$ 374.139,40	R\$ 6.469.736,76	1629%
d	aquisição de material permanente - demais itens	R\$ 168.039,40	R\$ 200.739,12	19%
e	serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj - software pronto	R\$ 180.493,60	R\$ 748.103,67	314%
f	demais despesas com investimentos	R\$ 1.125.854,46	R\$ 2.022.398,14	80%
TOTAL		R\$ 1.848.526,86	R\$ 9.440.977,69	411%

FONTE: Dados da Pesquisa

Nas despesas com investimentos, observa-se imediatamente o aumento dos gastos na aquisição de equipamentos de informática, com um salto de mais de seis milhões de reais gastos a mais em relação ao mesmo período de 2019.

Tal despesa fez-se necessária, tendo em vista a alocação da quase totalidade dos servidores para o sistema de trabalho remoto. A aquisição de material permanente amplia o capital imobilizado do Tribunal, proporcionando melhor estrutura de trabalho aos seus profissionais. O aumento nos investimentos seguiu a mesma linha na aquisição de softwares prontos, com aumento de 80% na destinação dos recursos.

O impacto total foi um aumento de 411%, chegando-se a monta de R\$ 7.592.450,83 de valor investido em material permanente, serviços de tecnologia da informação e demais investimentos.

5.4 ANÁLISE DOS REPASSES DO TESOURO NACIONAL OU ESTADUAL OU SUB-REPASSOS RECEBIDOS

TABELA 16 – Análise dos repasses do Tesouro nacional ou estadual ou sub-repasses recebidos/Consolidado

Inciso V - Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de:		Consolidado	Consolidado	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	peçoal e encargos	R\$ 382.401.563,02	R\$ 501.718.542,19	31%
b	outras despesas correntes	R\$ 116.730.288,05	R\$ 205.129.775,60	76%
c	investimentos	R\$ 7.469.577,31	R\$ 17.000.000,00	128%
d	inversões financeiras	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL		R\$ 506.601.428,38	R\$ 723.848.317,79	43%

FONTE: Dados da Pesquisa

Os repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos aumentaram consideravelmente, totalizando um aumento de 43%, com o total de R\$ 217.246.889,41 recebidos a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor que teve maior aumento percentual de destinação foram os investimentos, com 128% de aumento na destinação do recurso.

TABELA 17 – Análise das Receitas/Consolidado

Inciso VI - Receitas		Consolidado	Consolidado	Impacto Orçamentário
Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00	Valores em R\$ 1,00	
a	recursos a título de custas judiciais	R\$ 464.745,09	R\$ 130.449,53	-72%
b	recursos a título de taxas judiciárias	R\$ 15.102.745,88	R\$ 17.080.746,09	13%
c	recursos a título de serviços extrajudiciários	R\$ -	R\$ -	-
d	demaís recursos conforme previsão em leis específicas	R\$ 10.560,90	R\$ 1.187,37	-89%
TOTAL		R\$ 15.578.051,87	R\$ 17.212.382,99	10%

FONTE: Dados da Pesquisa

Neste ponto, é possível verificar um aumento das receitas em 10%. Assim, verifica-se com o aumento oriundo dos recursos advindos de títulos de taxas judiciárias, infere-se que houve aumento na conclusão de processos, o que confirma o aumento na produção no Tribunal da Cidadania.

6 CONCLUSÃO

O objetivo principal do trabalho foi analisar como foram gastos os recursos públicos no Superior Tribunal de Justiça – STJ no período do segundo quadrimestre de 2020, período em que as primeiras medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 foram tomadas pela egrégia corte, em comparação com o mesmo período de 2019.

Através de pesquisas realizadas no sítio do STJ, foi possível acessar as Demonstrações Financeiras da corte, especificamente, os demonstrativos de despesas, repasses e receitas, e com base nelas, realizar análises vertical e horizontal, que foram o subsídio do estudo para a verificação e identificação das rubricas que tiveram maior impacto orçamentário no período.

Durante a pesquisa, foi possível verificar, entre as seis rubricas do universo, singularidades entre elas. Essas particularidades ocorreram por diversos motivos, redução do trabalho presencial, necessidade de investimento em determinadas áreas, cuidados de saúde com servidores e colaboradores, dentre outros.

No entanto, pôde-se observar durante a análise conjunta dos dados, que determinadas rubricas sofreram impactos mais significativos, sejam percentualmente ou em valores absolutos.

O setor que mais sofreu impacto percentual foi o de “Despesas com Investimentos”, com um incremento de 411% de investimento realizado a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. Em valores absolutos, foi gasto R\$ 7.592.450,83 a mais. A maior parte dessa rubrica direcionou-se para a aquisição de material permanente - equipamentos de informática, com mais de seis milhões de reais direcionados. Tal decisão do gestor em investir nesta área proporciona hoje e manterá no futuro uma melhor condição de trabalho em termos de tecnologia da informação, além de aumentar o capital do Tribunal.

Em contrapartida às despesas com investimentos, setor que teve o maior aumento de gastos, observa-se as outras despesas de custeio, com economia de 11% nos gastos em relação ao mesmo período anterior. Em que pese parecer modesta a economia, devido a esta rubrica movimentar grande quantidade de recurso financeiro, a economia em valores reais foi na monta de R\$ 12.823.244,06. Especificando os gastos nesta rubrica, chama a atenção economias com pagamento de diárias, com economia de R\$ 866.719,93, com água e esgoto, R\$, 353.318,60, com despesas de energia, com redução de R\$ 773.368,94. Mais de um milhão de reais também foi economizado em locação de mão-de-obra, e quase meio milhão em seleção e treinamento.

Neste período, ainda, o Tribunal da Cidadania teve um incremento em suas receitas oriundas da atividade judiciária, com 10% de aumento, que equivaleu a um valor de R\$

1.634.331,12 a mais do que no segundo quadrimestre de 2019, o que infere um aumento de produtividade da do STJ.

Nos capítulos deste trabalho, observamos o comportamento dos gastos por competência, realizando, no último capítulo, a análise consolidada. Pode-se observar a evolução dos gastos e as áreas que tiveram maior destinação de recursos, bem como maior economia, tendo em vista o cenário da pandemia. Tal avaliação por competência foi fundamental para compreender o porquê do maciço investimento em materiais de informática assim como a identificação dos setores que tiveram reduções de gasto relevantes.

Todos os objetivos específicos foram alcançados. Foram identificadas todas as rubricas de gastos do STJ, as informações foram coletadas e analisadas dentro do período pretendido, segundo quadrimestre de 2019 e 2020, assim como foi realizada a análise dos dados para a indicação de forma geral e específica de quais segmentos que sofreram os maiores impactos, tanto no aumento como na redução dos gastos.

Assim, o objetivo geral foi alcançado, conseguimos identificar os setores que sofreram os maiores impactos orçamentários no período pretendido. Verificamos que as rubricas de despesas com investimento e outras despesas de custeio, com maior aumento e maior redução, respectivamente, foram as mais impactadas.

Tal análise somente foi possível por conta da transparência, princípio que norteia todos os órgãos da administração pública, e possibilita aos cidadãos observar e fiscalizar todas as despesas e receitas públicas. Por conta da divulgação dos demonstrativos de despesas, repasses e receitas, foi possível realizar e concluir este trabalho de conclusão de curso.

7 REFERÊNCIAS

- BRASIL. RESOLUÇÃO STJ/GP N. 4 DE 16 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/140754/Res_4_2020_PRE.pdf> Acesso em: 15 set. 2020
- FIGUEREDO, Antônio Macena de. SOUSA, Soraia Riva Goudinho de. Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses. Da redação científica à apresentação do texto final. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2011.
- GONÇALVES, Alexandre, CONDE, Jorge Luiz, ARAÚJO, Maria Eloá Meirelles. Manual de orientação metodológica para trabalhos acadêmicos. 2. ed. Cruzeiro: FACIC, 2011.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva; et al. Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RECH FILHO, A. *Serviços públicos na internet: no interesse maior do Estado ou do cidadão. Estudo de caso dos serviços ao cidadão de Curitiba*. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- RODRIGUES JR, Manoel Salgueiro. A DVA como instrumento para mensuração da relação Custo-Benefício na concessão de incentivos fiscais: Um estudo de caso. São Paulo: FEA-USP. 2003.
- SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIEIRA, Patrícia dos Santos. Verdades e mitos na interpretação da Demonstração do Valor Adicionado. São Paulo: Tese de Mestrado – FEA-USP, 2010.

